

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

JULIANA SANTOS SANTIAGO

**NARRATIVAS E MEMÓRIA NOS MUSEUS BRASILEIROS: APAGAMENTOS,
DISPUTAS E PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA**

OURO PRETO
2026

JULIANA SANTOS SANTIAGO

**NARRATIVAS E MEMÓRIA NOS MUSEUS BRASILEIROS: APAGAMENTOS,
DISPUTAS E PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Linha de pesquisa: Memória e educação museal.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Santos Santiago

Narrativas e memória nos museus brasileiros: apagamentos, disputas e presença afro-brasileira

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 04 de março de 2026

Membros da banca

Professora Doutora Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Professora Doutora Kamylla Passos - Universidade Federal de Ouro Preto
Professora Mestra Larissa Gonçalves Venâncio - Universidade Federal de Ouro Preto

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/03/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1077174** e o código CRC **7598F3DC**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, mesmo um pouco distantes da minha fé, que me abençoam e me acompanham do início ao fim, nesta jornada. Aos meus pais, Arlinda e Osmar, pelo suporte e confiança ao longo destes anos, e por terem me proporcionado sempre o melhor. À minha família, por toda a admiração e apoio, vocês são os pilares dos meus sonhos e metas.

Agradeço a República Rosa Xoque, por ter sido meu lar e família, desde o primeiro momento em que pisei em Ouro Preto e à República Nadavê, pela amizade e carinho. Todas as trocas, com todos que cruzaram meu caminho foram de profunda aprendizagem. Agradeço imensamente também, meu namorado Vinícius Cossio de Oliveira, pela amizade, apoio, e principalmente por acreditar em mim, você é amor.

À Universidade Federal de Ouro Preto, ao Departamento de Museologia e a todos os professores, pelo ensino de qualidade, pelas experiências adquiridas, e por terem cruzado meu caminho ao de pessoas tão especiais, que me agregaram tanto intelectualmente, quanto pessoalmente, em especial as amigas Daniele Matos e Isabella Moraes. Agradeço também a Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Audebert, pela orientação e paciência, durante todo o processo de pesquisa.

A todos, minha imensa gratidão.

“Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial.”

(Lélia Gonzalez)

RESUMO

Esta monografia busca analisar o processo histórico dos museus tradicionais brasileiros na exclusão de manifestações culturais e da história do povo afro-brasileiro de seus espaços, e também do apagamento da memória destes homens e mulheres, bem como o processo de consolidação dos museus voltados à cultura afro-brasileira como espaços de resistência e de construção identitária. Partimos da compreensão de que os museus tradicionais atuaram historicamente como instrumentos de legitimação da hegemonia branca, enquanto os museus afro-brasileiros se assumem como respostas a esse processo de exclusão. A pesquisa, de caráter bibliográfico, evidencia os diversos processos de exclusão e de embranquecimento do povo afro-brasileiro, e como diversas destas ações também envolviam o apagamento não só da raça, mas também de sua cultura e memória, refletindo diretamente nas narrativas dos museus tradicionais e de espaços de conservação da história da nação. Abordamos também mudanças no cenário atual destas instituições e os movimentos tomados para a criação de espaços antirracistas e decoloniais, e que passam também, a preservar e disseminar aspectos culturais antes excluídos.

Palavras-chave: museu; Museologia; memória; embranquecimento cultural; antirracismo.

ABSTRACT

This monograph seeks to analyze the historical process of traditional Brazilian museums in excluding cultural manifestations and the history of Afro-Brazilian people from their spaces, as well as the erasure of the memory of these men and women, and the process of consolidating museums focused on Afro-Brazilian culture as spaces of resistance and identity construction. We start from the understanding that traditional museums have historically acted as instruments of legitimization of white hegemony, while Afro-Brazilian museums assume themselves as responses to this process of exclusion. This bibliographic research highlights the various processes of exclusion and whitening of the Afro-Brazilian people, and how many of these actions also involved the erasure not only of race, but also of their culture and memory, directly reflecting on the narratives of traditional museums and spaces for the preservation of the nation's history. We also address changes in the current scenario of these institutions and the movements taken to create anti-racist and decolonial spaces, which also preserve and disseminate cultural aspects that were previously excluded.

Keywords: museum; museology; memory; cultural whitening; anti-racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Museu do Piauí, Espaço Afro.	21
Figura 2: Imagem representativa de um museu tradicional.	28
Figura 3: Imagem de um museu afro-centrado (Museu Afro Brasil).	29
Figura 4: Foto divulgação “Mulheres nas Artes: Ancestralidade Feminina”.	32
Figura 5: Capacitação em letramento racial crítico, Museu Imperial- RJ.	37

LISTA DE SIGLAS

MHN- Museu Histórico Nacional.

MUNCAB- Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira.

MAB- Museu Afro Brasil Emanuel Araújo.

SISEM-SP- Sistema Estadual de Museus do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA NOS MUSEUS E NA MUSEOLOGIA: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
1.1 Embranquecimento cultural e estratégias de dominação	22
1.2 Estratégias de apagamento e a perda da memória	25
2. OS MUSEUS AFRO-BRASILEIROS: UMA RESPOSTA AO RACISMO INSTITUCIONAL	26
3. A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA	34
3.1 Educação Museal decolonial e Museologia antirracista	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A formação social e cultural do Brasil foi marcada pelo silenciamento e apagamento de manifestações de diversos grupos étnicos, principalmente de pessoas pretas e indígenas. O direito à memória destas pessoas foi negligenciado, e as mesmas não foram igualmente preservadas, valorizadas ou narradas e todos esses processos afetaram diretamente a representação destas populações em espaços de memória, principalmente os museus. A ideia de poder e a construção de um heroísmo a partir do homem branco, reforçou uma identidade nacional guiada por ideais eurocêntricos de civilização e progresso consolidando no imaginário uma nação branca. Os personagens de luta e de cultura que não estivessem adequados a estes ideais estiveram às margens das memórias sociais, como histórias secundárias ou folclóricas não recebendo a devida importância na formação da história e das instituições de preservação no país. Dentro destes projetos de poder os museus desempenham papel fundamental como instrumento de legitimação de narrativas já dominantes, como agentes da preservação de uma memória hierarquizada mas também como espaços de luta e reivindicação.

Durante grande parte do século XX, quando os museus começaram a surgir no cenário brasileiro, eles foram moldados a partir de uma perspectiva europeia, onde seriam guardiões da verdade e do conhecimento. Lógica semelhante se aplicou à Museologia brasileira enquanto área de conhecimento, mas não somente a ela. Assim, os museus se tornaram lugares de consagração da branquitude legitimando determinadas experiências enquanto excluía ou distorciam outras. As culturas afro-brasileiras, quando representadas, apareceram de modo fragmentado e estigmatizado, associadas quase sempre à escravidão, à dor ou à exotização.

Nos últimos anos, entretanto, vemos uma mudança significativa nas formas como os museus abordam questões antes ignoradas, movimentados por uma série de reflexões teóricas e políticas que buscam decolonizar o olhar e as práticas museológicas. Novas abordagens vêm sendo desenvolvidas no campo da educação e da Museologia refazendo as narrativas que colocavam determinados saberes, memórias e histórias margeando o que seria a história oficial. Essas novas perspectivas propõem que o museu deixe de ser apenas um lugar de guarda e de exposições engessadas e passem a ser lugares de escuta, diálogo e

reconstrução, nos quais a multiplicidade cultural e de narrativas que constroem nosso país possam existir em conjunto.

Refletir sobre a representação da memória afro-brasileira nos museus e espaços de preservação é refletir sobre o modo como nós, brasileiros, lidamos com o nosso passado colonial e com as estruturas de poder que ainda moldam e direcionam as instituições de cultura em suas mais diversas expressões. As ausências de narrativas negras ou a sua presença distorcida não são apenas falhas pontuais mas sintomas de um projeto intelectual, institucional e histórico que visou o embranquecimento simbólico e cultural do país. No entanto, a criação de museus como o Museu Afro Brasil, o Museu dos Pretos Novos e o Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira bem como a presença cada vez mais expressiva de movimentos de resistência nas últimas três décadas demonstram que há um esforço ativo em reconfigurar essas memórias e de disputar espaços de fala e representação. Estes espaços exemplificam esses processos de ressignificação, atuando como lugares de reexistência nos quais a ancestralidade, a oralidade e os afetos se tornam práticas políticas, educativas e de memória.

Este trabalho busca compreender como, de modo geral, os museus brasileiros contribuíram historicamente para o apagamento das memórias afro-brasileiras e de que maneira as instituições voltadas à cultura afro-brasileira vêm se consolidando como espaços de resistência e de construção identitária. Se os museus tradicionais serviram como instrumentos de legitimação da hegemonia branca, os museus afro-brasileiros surgem como respostas diretas a essa exclusão, propondo novas formas de narrar, ensinar e preservar. Mais do que espaços de exibição, esses museus são territórios simbólicos de enfrentamento ao racismo estrutural e de valorização dos saberes negros que sempre existiram apesar das tentativas de apagamento.

A base metodológica para a execução desta monografia, é a pesquisa bibliográfica sobre temas raciais, culturais e históricos, voltando a problemática para a realidade das exposições e museus tradicionais, suas narrativas excludentes, e as iniciativas para uma mudança concreta desses espaços.

Nossa reflexão está ancorada em referenciais teóricos que discutem a relação entre memória, poder e representação com base em autores(as) como Maurice Halbwachs, Jan Assmann, Aníbal Quijano, Françoise Vergès, Bárbara Carine, Cida Bento e outros estudiosos (as) que pensam a Museologia, raça e o antirracismo em

diálogo com as epistemologias decoloniais. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, busca revisitar o processo histórico de construção das narrativas museológicas no Brasil evidenciando como a colonialidade se manifesta na escolha do que é lembrado e do que é silenciado. Além disso, o estudo propõe uma leitura crítica das práticas museais afro-brasileiras, observando como elas constroem alternativas pedagógicas e afetivas para a reconstrução da memória coletiva.

Este trabalho tem como objetivo analisar como os museus brasileiros contribuíram para o apagamento das memórias afro-brasileiras e investigar como instituições voltadas à cultura negra vêm se consolidando como espaços de resistência e construção identitária. Para isso, examina as narrativas eurocêntricas dos museus tradicionais e analisa a atuação de museus afro-brasileiros como espaços que valorizam ancestralidade, memória e pertencimento, contribuindo para uma museologia comprometida com perspectivas decoloniais e antirracistas.

Esta pesquisa nasce da necessidade de enfrentar o racismo estrutural presente nas instituições culturais brasileiras, reconhecendo que esses espaços participaram, ao longo da história, da construção de silenciamentos e apagamentos das memórias negras. Em um momento marcado pelos avanços na implementação da Lei 10.639/2003 e pelo fortalecimento das reivindicações do movimento negro pelo direito à memória plena, torna-se fundamental repensar as narrativas que sustentam o imaginário nacional. Ao propor essa reflexão, o trabalho busca contribuir para a construção de perspectivas mais plurais, capazes de reconhecer a centralidade das experiências negras na formação do país e de promover maior justiça histórica.

Assim, o presente trabalho se insere no esforço de decolonizar a Museologia e de reconhecer as epistemologias negras como parte essencial da história e da cultura brasileiras. Ao questionar as estruturas que sustentam o racismo institucional nos espaços de memória pretendemos contribuir para o fortalecimento de uma Museologia contemporânea comprometida com a diversidade, a justiça e o direito à memória. O desafio está em compreender que decolonizar o museu é também decolonizar o olhar, e sobretudo, reformular o modo como se conta a história do Brasil, incorporando nela as vozes, os corpos e os saberes que, por tanto tempo, foram silenciados.

O presente trabalho é dividido em três capítulos, com seus respectivos subcapítulos. No primeiro, “Memória Afro-brasileira nos museus e na Museologia:

breve revisão bibliográfica”, trataremos sobre a linha do tempo da construção da museologia brasileira, e como a memória afro-brasileira foi tratada e apresentada neste processo. Nos subcapítulos deste “Embranquecimento cultural e estratégias de dominação” e “Estratégias de apagamento e a perda da memória” , nos aprofundamos em como a tratativa destas narrativas se deram, e como estratégias de apagamento e dominação ditaram a museologia tradicional. No segundo capítulo, “Os Museus Afro-Brasileiros: uma resposta ao racismo institucional”, é mencionado alguns museus com o foco na cultura e vivências afro-brasileiras, e a importância deles neste processo de decolonização dos espaços de conservação da memória. No terceiro capítulo, é aprofundado ações de educação antirracista, como uma das ações necessárias para a mudança do cenário museal brasileiro, dividido e aprofundado no capítulo principal “A Educação Antirracista como ferramenta de mudança”, e no subcapítulo “Educação Museal Decolonial e Museologia Antirracista”.

1. Memória Afro-brasileira nos museus e na Museologia: breve revisão bibliográfica

Diante da teoria clássica sobre memória, autores como Maurice Halbwachs, sociólogo francês que desenvolveu o conceito de memória coletiva, buscou explicar como grupos sociais moldam e organizam as memórias individuais indicando portanto a indissociabilidade entre memória individual e coletiva. (*La Mémoire Collective*, 1950). Jan Assmann, egiptólogo e teórico cultural alemão por sua vez distinguiu a memória comunicativa que é transmitida oralmente e no cotidiano, da memória cultural, formalizada em textos, monumentos e rituais (*Das Kulturelle Gedächtnis* 1992).

De modo geral, temos que a memória coletiva é um conjunto de lembranças, experiências e narrativas compartilhadas por um grupo social que ajuda a construir sua identidade, e explica como o passado pode ser entendido ou interpretado. Essas memórias, diferentemente das individuais, são construídas e mantidas por meio da convivência, da cultura, das tradições, dos rituais e das instituições como a escola, a família, os museus e a mídia. Ela é construída em grupo e moldada por interesses do presente. Para Halbwachs, a nossa memória individual está sempre inserida em um contexto social, seja através dos ambientes que frequentamos, como igrejas, ou o grupo étnico ao qual pertencemos, que é justamente um dos principais assuntos abordados neste trabalho. Já para Assmann, a memória é dividida em dois tipos: a comunicativa que é construída através da oralidade do indivíduo mais recente e a cultural considerada por ele a memória institucionalizada, construída através de ritos, monumentos e museus, espaços onde a memória é oficializada e registrada.

O debate conceitual sobre memória é bastante extenso e não é objeto direto desta pesquisa. Jô Gondar assinala que as diferenças conceituais entre os termos memória coletiva, social e individual podem variar de forma significativa dependendo dos autores e suas escolas de pensamento. Nas palavras da autora:

Já um historiador como Jacques Le Goff (1990) preferirá reservar a designação de memória coletiva para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades onde a escrita já tenha se instalado. Nesse caso, a possibilidade de construir uma história permitiria distinguir memória coletiva e social: esta última teria como testemunhas os documentos escritos, inexistentes entre os povos de cultura exclusivamente oral. (Gondar, 2015, p. 2)

De toda forma, dentro do amplo debate sobre construção de memórias sociais ou coletivas e individuais e dentro deste ideal, por vezes, com a presença do Estado como principal ator do que vai ser institucionalizado dentro dos espaços de preservação, a narrativa tende a ser ainda, por muitas vezes, a do herói, onde o retrato deste é o do homem branco e de como eles foram os que moldaram a sociedade brasileira.

Para o museólogo Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (2017), a patrimonialização não é uma prática neutra ou meramente técnica, mas uma ação política e subjetiva atravessada por escolhas ideológicas e disputas de poder. Quando o Estado e os museus selecionam os bens que devem ser preservados como patrimônio, estão, na prática, determinando quais memórias serão legitimadas como parte da narrativa oficial da nação. (Cunha, 2017, p. 79).

Estas ações de deturpações ou exclusões da exposição de memórias e vivências afro-brasileiras se dão a partir de um “ideal de branqueamento nacional”, uma ação eurocêntrica em volta de uma tentativa de formação de uma civilização que visava reduzir a presença da comunidade afro na sociedade brasileira. Esses movimentos tem origem no período escravista e se prolongam mesmo após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que aboliu formalmente a escravidão, mas não garantiu reparações, condições de vida digna ou cidadania plena às pessoas recém-libertas. Também a Lei do Ventre Livre, que garantia a liberdade dos novos nascidos, mas não garantia condições de vida apropriadas, e a inserção dessas pessoas na sociedade. No período da primeira república, esses conjuntos de políticas, omissões, e os decorrentes marcos da história, contribuíram para a o apagamento da memória preta brasileira, e assim, as principais e mais tradicionais instituições museais do país, se moldaram dentro deste padrão de idealidade europeia, como se o nosso território, fosse apenas reflexo de sociedades europeias.

Então podemos pensar que a partir do conceito de memória cultural (Assmann, 2011), sendo esta construída de forma coletiva e institucionalizada, quando essa memória reflete os interesses de poder e exclusão caracterizando uma ação direta contra o direito à memória e representação, vemos essa questão como um problema e um reflexo do “museu universal”.

O museu universal, tal como abordado por Vergés¹, em seu livro “Decolonizar o Museu: Programa de desordem absoluta” (2023), é visto como uma problemática europeia mas que podemos ampliar para alguns museus mais tradicionais da América Latina. Para Vergés, esse modelo de “museus universais” naturaliza desigualdades estruturais globais, produzindo o apagamento não apenas de objetos e narrativas mas também de vidas, vozes e corpos negros.

“O museu é uma estrutura capaz de dissimular suas formas de exploração sob o véu do universal, e o público que se apresenta para ver as obras não “vê” a mulher, ou o homem que vigia as salas, limpa os banheiros ou serve o café. Levar a luta social para dentro das instituições, os sindicatos já fazem. (...) Quando proteger objetos é mais importante que a vida humana, mais importante que a dignidade e a igualdade, esse universal parece insignificante.” (Vergés, 2023, p. 14).

Essa ideia dialoga com o conceito presente no artigo de Silvana Pirillo Ramos “Parque Memorial Quilombo dos Palmares - Serra da Barriga: racialização e negligenciamento no processo de patrimonialização da Cultura Afro-Brasileira”, (2025), no qual a autora argumenta que o Estado reconhece formalmente a herança negra, mas não garante estrutura, acesso ou protagonismo às comunidades envolvidas. Assim, a institucionalização da memória negra pode ocorrer como forma de pacificação simbólica, apagando o caráter de resistência e luta presente nessas histórias.

Esse debate também está alinhado com a noção de “colonialidade do poder” (Quijano, 2005)², e nos faz entender que os museus brasileiros foram historicamente construídos como espaços de afirmação da cultura branca europeia colocando as culturas negras de maneira exótica ou folclórica.

Como abordado também por Jéssica Hipólito (2017) , em sua dissertação de mestrado, a discussão sobre a detenção da memória e a representação da mesmas em instituições, onde ressalta como a memória e a história foram retratadas dentro

¹ Françoise Vergès é uma cientista política e feminista francesa que discute o papel dos museus ocidentais na manutenção de hierarquias coloniais. Em *Decoloniser le musée* (2023), propõe o “programa de desordem absoluta” como resposta às práticas museológicas eurocentradas.

² O sociólogo peruano Aníbal Quijano propôs a noção de colonialidade do poder como uma estrutura que persiste após o colonialismo, onde o poder mundial segue hierarquizado racialmente, mantendo a supremacia do pensamento europeu.

de museus tradicionais do Brasil, onde as exposições são “recortes”, que são executadas de acordo com as decisões do idealizador.

“São justamente as exposições museológicas o principal veículo transmissor das informações que compõem os museus, as principais responsáveis pela disseminação dos conceitos escolhidos como passíveis de apresentação ao público geral. É preciso, então, levar em consideração que toda exposição representa a escolha do ‘recorte expositivo’, que ela é elaborada de acordo com as propensões e decisões tomadas por seu idealizador. Na exposição será mostrada apenas uma parte do real, nunca sua totalidade e que ainda assim, será apresentada ao público espectador como autêntica. Todavia, é meramente uma das várias representações cabíveis à realidade. (Hipólito, 2017, p. 36).”

Para que o povo afro-brasileiro seja bem representado dentro dos museus, tal como sua memória, é necessário não apenas a sua inclusão mas reformular todas as estruturas que historicamente sustentaram o racismo epistêmico e simbólico, considerando aqui que o racismo epistêmico refere-se à desvalorização dos saberes e epistemologias não-europeias. Já o racismo simbólico atua por meio da linguagem, da estética e das representações sociais que inferiorizam culturas negras.

Sabemos que a jornada de mudança de estigmas, tradições, narrativas e processos que os museus tradicionais produzem e mantêm é longa. É longa não só para mudança, mas de estudo e aprofundamento na história, prezando pela preservação da memória e especialmente com as ausências destas memórias em registros. O trabalho de pesquisa e aprofundamento nas narrativas e nos contextos, sejam sociais, religiosos ou históricos demanda um longo período de pesquisa especializada. As mudanças possíveis na instituição museu para viabilizar uma reestruturação digna da imagem de todos os grupos invisibilizados que se distancie da estrutura de classificação racial do homem branco sobre a do homem negro, que moldou diversas narrativas dentro de instituições diversas, como no caso aqui pensado dos museus, não ocorre em pouco espaço de tempo e muito menos sem disputas ou obstáculos.

Esta discussão, da representação de outros povos para além da eurocentralidade, vem ganhando destaque nas últimas três décadas, numa luta

constante para a reformulação de espaços museológicos, na perspectiva da retratação de outros povos brasileiros, sejam eles os indígenas, os pretos da diáspora, toda a cultura que se vincula a eles, e outros grupos marginalizados, fazendo surgir outras visões e abordagens na museologia, como a museologia comunitária, a quilombola, a indígena, a Queer e LGBTQIA+ e muitas outras. O reconhecimento das culturas afro-brasileiras como patrimônios vivos e plurais exigiu das instituições museais um reposicionamento ético e epistemológico, desafiando a tradição eurocêntrica que dominou a Museologia brasileira desde sua origem. Nesse contexto, diversos autores e autoras vêm reivindicando a inserção de epistemologias negras nos dispositivos de preservação e educação patrimonial.

Um dos trabalhos recentes que contribuem para pensar a memória negra nos museus é o de Gabriela de Assis (2021), que sugere uma prática museológica anticolonial, baseada em afetos, memórias negras e saberes territoriais. Ela propõe uma forma de educar nos museus que foge do padrão tradicional, valorizando a memória amefricana³ e os afetos decoloniais. A autora se inspira em Lélia Gonzalez para mostrar que a educação museal precisa ir além da história oficial, que é linear e controlada e passar a considerar as memórias vivas, afetivas e ligadas às ancestralidades negras. Assis chama isso de educação museal desobediente, uma proposta que quer tirar o museu do seu lugar de poder e transformar esse espaço em um local de escuta, acolhimento e reexistência. Ela escreve que essa desobediência não se faz em linha reta, mas, em cruzos, em encruzilhadas (Assis, 2021), mostrando que esse caminho deve partir dos saberes e das vivências negras nos seus próprios territórios.

“Subverter os binarismos e ser entremeio da encruzilhada. Em suma, des-territorializar o Museu e transformá-lo em museus: trânsito de afetos para transformar os Seres ao afirmar suas identidades em plenitude – amefricanas que são” (Assis, 2021, p. 81).

Rufino (2021), ao discutir a encruzilhada como espaço de trânsito, criação e atravessamentos, complementa o conceito de desobediência apresentado por Assis (2021). A partir dessa perspectiva, surge o questionamento sobre qual conhecimento

³ O termo “Amefricanidade” foi cunhado por Lélia Gonzalez e propõe uma identidade cultural que une a diáspora africana nas Américas, rompendo com as narrativas eurocênicas.

deve ser ensinado dentro das instituições museais. Trata-se de pensar que memórias esquecidas podem, enfim, ocupar um lugar de destaque e de valorização. Em “Epistemologia na encruzilhada” (Rufino, 2021), a encruzilhada, como o autor propõe, desafia as hierarquias do pensamento ocidental, hierarquias essas que estruturam os museus de maior influência no país, especialmente aqueles que narram o período, a rotina e os marcos históricos da era colonial e escravagista. Assim, é necessário descentralizar a ideia do que é e do que não é conhecimento, em busca de um espaço de partilha de saberes diversos.

Aline Montenegro Magalhães, em seu artigo “Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020”, aponta claras tensões entre o avanço e o retrocesso nas tentativas do Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, em abordar e representar a diáspora no decorrer da construção de suas diversas exposições, e após décadas de tentativas, o MHN continua reproduzindo silenciamentos, reducionismos e invisibilizações sobre a história afro-brasileira. Homens e mulheres negros continuam sob uma espécie de guarda chuva de estereótipos, e indiretamente, ainda representados em posições inferiores dentro de diversas narrativas históricas. Mesmo com avanços pontuais desde os anos 80 (de onde a autora foca o início de seus estudos), e com esforços reais o MHN permanece preso a uma historiografia conservadora e eurocentrada, e não consegue oferecer uma representação plena, decolonial e complexa da diáspora africana. Nestes processos de representação, a própria pessoa negra foi disposta de maneira hierarquizada, em contraste com outras pessoas negras e suas vivências, como se algumas experiências fossem mais relevantes ou legítimas do que outras.

“ É a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto que vai nos direcionar para a sala “Entre mundos”, na qual está a vitrine com o Caxambu, a coroa e o cetro, todos oriundos da Irmandade. Nela, também encontramos a rabeça outrora denominada “de escravo”, uma escultura pequena da deusa Obá, um cetro da festa do Divino do Maranhão e um conjunto que compõe a indumentária de Oxum, formado por Abebé, braceletes e adaga. Todos esses objetos ocupam a parte inferior do expositor. A parte superior é composta por violão e batuta de Carlos Gomes e um óleo de Henrique Bernardelli, no qual aparece o padre José Maurício tocando cravo para d. João VI. Embora a sala tenha sido pensada para representar

diferentes formas de atuação e resistência de negras e negros no Brasil, uma abordagem inédita até então, identificamos uma visão hierárquica sobre as experiências ali expostas. No plano inferior, os artefatos relacionados a práticas coletivas, sem autoria e sem pertencimento conhecidos. No plano superior, artistas negros do século XIX que tiveram ascensão social, destacando-se na produção da cultura erudita. Além da possível interpretação dessas experiências como parte do processo colonizador vitorioso, o sucesso desses artistas pode ser tomado como exemplo para endossar o mito da democracia racial e o apaziguamento do racismo por meio do discurso da meritocracia. Essa diferença de planos pode ser vista como uma atualização da dicotomia entre cultura popular × cultura erudita e história × folclore que fundamentaram a construção do passado nas exposições do MHN em suas primeiras décadas.” (Magalhães, 2022, p. 15).

Os museus, a memória afro-brasileira e a presença destas narrativas dentro dos museus tem visões e representações (ou as vezes não representações) diferentes quando se diz também sobre regionalidade, e como a presença vai se ajustando dependendo da forma como cada região e cultura foi moldada. Mas podemos entender que a exclusão existe sim em todo o território brasileiro, mas como isto é discrepante quando se diz por exemplo, sobre um museu do sul do país, e um do nordeste, e a presença dos ideais de embranquecimento de uma memória nacional é muito mais reforçada em determinadas áreas, decorrentes de como cada população foi se criando e se desenvolvendo.

Em “A Presença Africana e Afro-Brasileira nos Museus de Santa Catarina” (Simão, 2017), podemos ver um cenário muito mais drástico destas ausências. A tese aponta que o estado de Santa Catarina moldou sua narrativa cultural com centralidade na cultura europeia, já que o estado, como muitos outros do sul, virou território de colônias de culturas como a açoriana, alemã e italiana, o que marginaliza a presença afro-brasileira. Apesar da histórica contribuição de populações negras com irmandades, quilombos e manifestações culturais como capoeira e congadas, essa memória é sub-representada nos quase 300 museus analisados pela autora, e quando representados, é sempre reforçando o estigma dos objetos de tortura e do período da escravidão.

Já as autoras Niuza Alves da Costa Ribeiro e Áurea da Paz Pinheiro no artigo “A Educação em Museus na Perspectiva do Resgate da Memória da Cultura

Afro-Brasileira” (2022), apontam problemática semelhante, porém com uma visão mais ao norte do país, especificamente em Teresina no Piauí, no Museu do Piauí-Casa de Odilon Nunes, onde há uma sala direcionada à valorização da cultura afro-brasileira, mas muito ainda estereotipada, tal como ocorre em outros espaços expositivos pelo país. O artigo também aponta a necessidade de desmistificar a visão dos museus como meros “depósitos de curiosidades” para atrair o público e promover a conscientização.

Figura 1: Museu do Piauí, Espaço Afro



Fonte: Governo do Piauí s.d

(<https://www.pi.gov.br/museu-do-piaui-espaco-afro-e-a-historia-da-escravidao-no-piaui/>)

Ao analisarmos ambos os trabalhos temos uma visão objetiva de que o problema de representação de toda uma cultura presente no cotidiano brasileiro ainda possui espaços limitados dentro das instituições museais e culturais, de norte a sul e mais, podemos observar que esse fato não passa despercebido tendo sido objeto de pesquisas e publicações.

A partir dessas contribuições teóricas, é possível perceber que a memória não é um campo neutro, mas um espaço de disputas simbólicas e políticas, no qual determinados grupos têm suas histórias legitimadas enquanto outros são silenciados. No contexto brasileiro, essas disputas foram profundamente atravessadas por projetos raciais que buscaram consolidar uma identidade nacional baseada na branquitude. Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar a análise sobre os processos de embranquecimento cultural e as estratégias de dominação que moldaram a construção da memória oficial e influenciaram diretamente as práticas museológicas no país.

1.1 Embranquecimento cultural e estratégias de dominação

As estratégias de dominação social que sustentam que uma raça seja superior a outra ocorreram por diversos momentos para além do processo de escravidão instaurado na era colonial do Brasil. No final do século XIX esse pensamento se disseminou por diversas partes do mundo, com origem na Europa. São ideias que, futuramente, se configurariam em torno do que chamamos de Darwinismo Social. Com o intuito de justificar o imperialismo europeus sobre países do continente africano, para explorar seus territórios e riquezas foi propagada a ideia de que uma raça humana seria superior a outra, com embasamentos biológicos não concretos de inferioridade da outra raça e estas eram as pessoas brancas acima de todas as outras, principalmente de pessoas pretas.

Estas ideias, conhecidas como racismo científico, se propagaram pela elite brasileira no final do século XIX e início do século XX. Muitos intelectuais, artistas e detentores das grandes riquezas da sociedade da época começaram a se preocupar com a população massiva de pretos e mestiços que compunham em sua maioria o povo brasileiro. Assim, surgia também uma preocupação sobre estes grupos, de que a sociedade do nosso país estaria atrasada em comparação com outras que mantinham projetos de segregação e imperialismo, como os Estados Unidos com as leis Jim Crow e a África do Sul com o Apartheid. Mas em um país como o Brasil, um território em progresso, onde a população “atrasada” era maioria, essas teorias racistas europeias tentaram ser aplicadas, em partes reinventadas (Idalina Oliveira, 2008).

No contexto da formação da identidade nacional brasileira o mito da miscigenação foi apropriado pelas elites como um mecanismo de controle social e racial, disfarçado sob o ideal de harmonia racial.

“A miscigenação aparece como uma única saída para resolver o grande “dilema” que se impõe: como construir um projeto de nação respeitável num país onde a maioria da população está condenada ao atraso, conforme as teorias científicas raciais? A ordem, portanto, era injetar o “sangue branco” e cada vez mais branquear a população.” (Oliveira, 2008, p. 5).

Abdias do Nascimento, em um dos seus diversos estudos sobre raça, em seu livro “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado” (2016),

aponta ainda, que as relações interracialis que levavam a miscigenação, com o intuito do branqueamento da população, eram fundamentadas na exploração sexual da mulher negra pelo homem branco, e que até mesmo a Igreja Católica via tal ato como vantajoso no ponto de vista social, já que o casamento entre pessoas pretas e brancas não era algo recorrente:

“O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. [...] A solução parecia satisfatória a todos, e apesar do racismo subjacente, recebeu até endosso religioso, desde que a Igreja Católica também considerava o do negro um “sangue infectado” [62]. Thales de Azevedo confirma que esta mistura não aconteceu na forma de respeito mútuo nem na do intercasamento: Uniões matrimoniais legítimas entre pessoas de tipo racial acentuadamente diferente são, em verdade, muito infrequentes. Tanto nos casamentos como na mancebia, tende a predominar a união de homem escuro com mulher mais clara, o que concorre para realizar o ideal de “branquear a raça”, tão vantajoso do ponto de vista social. [63] Azevedo prossegue explicando as “bases respeitáveis” que têm presidido a mistura: “a mestiçagem é antes indício de discriminação porquanto resulta mais de concubinação e de relações fortuitas do que do casamento, pois neste o preconceito atua com sua maior força”

Esta lógica se estendeu diretamente ao campo da cultura e da memória na qual os museus brasileiros atuaram como espaços fundamentais da construção simbólica dessa identidade nacional “branqueada”. O processo de patrimonialização, de criação de espaços de memória e de uma história nacional denominava o que era digno ou não de estar nos museus e mais, em qual tipologia de museu. Neste processo de distanciamento e vinculação com a comunidade preta foi retirada sua possibilidade de voz dentro da história e da memória social. Os museus se tornaram lugares símbolos de consagração da cultura dominante, reforçando o eurocentrismo como referência de civilização, beleza, heroísmo e referência histórica. Nesse contexto, a cultura negra foi silenciada, folclorizada ou demonstrada em narrativas superficiais e distantes de seus sujeitos históricos. A Museologia tradicional, como

aponta Assis (2021), se firma numa estética e pedagogia do homem branco, se ancora na branquitude, e atrai, conseqüentemente, o perfil que se é enraizado nos espaços de preservação da memória, a pessoa branca, letrada, de uma classe mais abastada, fazendo com que a exclusão da pessoa preta na representação da história seja muito além do acervo e narrativas, mas também uma exclusão, um distanciamento estrutural, que perpassa a ideia de espaço.

Todas estas estratégias de embranquecimento da nação com o intuito de se moldar a um progresso baseado em teorias exclusivistas semelhante ao que ocorria em outros países foi apenas o pontapé inicial de outras diversas estratégias de dominação de uma classe/raça sobre a outra no contexto brasileiro.

O artigo do sociólogo Bas'llele Malomalo intitulado "Branquitude como Dominação do Corpo Negro: Diálogo com a Sociologia de Bourdieu" analisa a branquitude como estrutura de dominação simbólica, apoiando-se na teoria de Bourdieu sobre a naturalização das hierarquias. Ele destaca como o racismo opera por meio de símbolos e hábitos sociais internalizados, em cima da teoria de "Dominação Masculina", de Bourdieu (2003), que tem a ideia de que o homem estaria em evidência sobre a mulher, para exemplificar como racismo presente em nossa sociedade, em suas diversas formas de se colocar em evidência, também é uma forma de dominação, do homem branco sobre o homem preto.

Uma das principais táticas de dominação simbólica, desde seu início, foi mascarar e apagar a presença cultural e de identidade do povo afro-brasileiro. Os diversos atos de dominação permearam (o que ainda se reflete nos dias de hoje) e ainda permeiam por vários âmbitos sociais. Seja na política do Estado como um todo, nas instituições de ensino, na mídia, nos museus, ou em posições de poder no mercado, como o racismo institucional, onde existe a ideia de inferioridade seja no conhecimento ou na capacidade, ou o racismo enraizado, que é aquele vivido cotidianamente e rotineiramente, como atos e falas comumente vividos e escutados. Portanto, a estratégia antiga de dominação racial, deu certo em parte, com determinados preconceitos ainda dominantes, de uma ato não apenas individual, mas um sistema estruturado, que opera por meio de práticas institucionais e culturais que naturalizam as desigualdades. Malomalo destaca que esse sistema é histórico, não biológico, e resulta de séculos de construção social, desde a escravidão até o presente, com a branquitude funcionando como uma "arma

simbólica” para manter sua imagem, seu status. Qual o lugar e o papel dos museus nessa disputa?

Na cultura, políticas de imigração europeia para purificar o cotidiano brasileiro também foram implementadas em meados do século XX, operando por meio da imposição de valores estéticos, linguísticos e comportamentais brancos como norma. A cor branca é associada a qualidades positivas como, beleza, pureza, inteligência, enquanto a negritude é estigmatizada como feiura, impureza e animalidade. Em “Tornar-se Negro”(1983) de Neusa Santos Souza a autora também trata sobre a percepção comportamental, de quando a pessoa preta, por vezes inconscientemente, se molda à cultura e hábitos da pessoa branca como um ideal de ascensão social, como uma “massacre da identidade” negra (Souza, 1983). Esse processo leva à alienação, onde pessoas negras podem rejeitar sua própria cultura em favor de padrões brancos contribuindo para a reprodução da dominação racial.

As estratégias de embranquecimento cultural, contudo, não se limitaram à valorização simbólica da branquitude, mas implicaram, simultaneamente, o apagamento sistemático das memórias, saberes e identidades afro-brasileiras. Esse processo não ocorreu apenas por meio da exclusão explícita, mas também através do silenciamento, da deslegitimação e da destruição simbólica de referências históricas negras. Dessa forma, compreender o embranquecimento cultural exige também refletir sobre as estratégias de apagamento e a consequente perda da memória coletiva afro-brasileira, tema que será abordado a seguir.

1.2 Estratégias de apagamento e perda da memória

Ao percorrermos a história de maneira mais simples pensando na construção da nação brasileira facilmente identificamos as diferenças do direito à memória e de como as raízes foram cravadas no particular de cada povo e na memória coletiva/social. O texto de Leandro Aparecido Fonseca Missiatto “Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento” (2020) aponta a ideia de que o esquecimento dos saberes e memórias afro-brasileiras não ocorreu de forma natural, mas como um fruto de ações intencionais, da elite colonial, que é reflexo até a atualidade. Quando pensamos em heranças culturais e ancestralidade muitas vezes pensamos no sobrenome da família, na região de qual determinado indivíduo tem vínculo através dos que o

antecederam, de um prato típico, e isto é um privilégio que é majoritariamente da raça branca brasileira. A pessoa branca tem acesso à sua história, enquanto a preta, não se sabe nem o nome dos seus ancestrais, muito menos de onde vieram. A história se forma em cima de políticas e estratégias de apagamento da história afro, por meio de ações indiretas de ideais. Essas políticas, enraizadas na colonialidade, buscam apagar as memórias de dor, prazer e resistência das populações negras, promovendo a invisibilização de suas contribuições na arte, filosofia, cultura, política, ciência e espaços urbanos. O autor utiliza as lentes das teorias decoloniais para discutir como o memoricídio privilegia o poder social do branco e marginaliza a negritude. O memoricídio, conceito apresentado por Fernando Baez (2010), refere-se à destruição deliberada do patrimônio cultural e histórico de povos colonizados, aqui apresentado com o foco da destruição da memória de populações negras, como uma prática sistemática, que se moldou na colonialidade construindo um poder sociocultural, econômico e racial de uma raça sob a outra.

Nos museus, essas estratégias de apagamento se manifestam na seleção dos bens culturais a serem preservados, um processo que, segundo Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (2017), não é neutro, mas político e subjetivo. A patrimonialização, ao priorizar narrativas que glorificam o “herói branco”, exclui as vivências e contribuições afro-brasileiras, reduzindo-as a representações estereotipadas, como objetos de tortura do período escravista, ou a papéis folclóricos e exóticos. Essa exclusão, conforme apresentado anteriormente e discutido por Vergès (2023) reflete o modelo do museu universal que naturaliza desigualdades estruturais e silencia vozes, corpos e histórias negras.

Os processos de embranquecimento cultural e de apagamento das memórias afro-brasileiras contribuíram para a consolidação de narrativas excludentes nos museus tradicionais do país. Em resposta a esse cenário, os museus afro-brasileiros se constituíram, e continuam a se constituir como espaços de enfrentamento ao racismo institucional, propondo outras formas de narrar, preservar e produzir memória no campo museológico.

2 Os Museus Afro-Brasileiros: uma resposta ao racismo institucional

O surgimento de museus com o foco na preservação e disseminação da memória e cultura afro-brasileira pode ser compreendido como uma resposta direta

ao processo histórico de exclusão da população negra dos espaços de representação, pertencimento e visibilidade. Essa exclusão atravessou séculos e se estruturou de diversas formas, não apenas de modo simbólico ou cultural, mas também através de políticas públicas e legislações que reforçaram a marginalização dos sujeitos negros.

Desde o século XIX o Estado brasileiro articulou estratégias de transição entre o trabalho escravo e o mercado livre por meio de leis que limitavam a inserção dos libertos e, ao mesmo tempo, incentivava a imigração europeia, associando o progresso da nação à figura branca, como exposto por Falconeris (2022). Segundo a autora temos exemplos históricos de leis que impediram o acesso da população negra ao trabalho livre, mesmo após a abolição, evidenciando o uso da legislação como instrumento de exclusão racial no Brasil pós-escravidão. Assim como o mercado de trabalho foi racializado para excluir corpos negros, os espaços museológicos também foram moldados por epistemologias eurocentradas, construindo representações que silenciaram as contribuições da população afrodescendente, reduzindo-a muitas vezes à condição de objeto de estudo ou à dor da escravidão.

Neste sentido, os museus afros surgem como espaços de enfrentamento, resistência e reexistência, reivindicando a centralidade da ancestralidade, da oralidade, das espiritualidades e das expressões culturais negras como forma de resistência ativa ao apagamento histórico. Eles não apenas recuperam memórias que foram sistematicamente invisibilizadas, como também propõem outras formas de narrar a história, a partir de curadorias negras, linguagens sensíveis e abordagens afetivas e políticas. Museus como o Museu Afro Brasil Emanuel Araújo (MAB), em São Paulo, o Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB), na Bahia, ou o Museu dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, são exemplos dessas novas propostas museológicas que rompem com a narrativa oficial e oferecem possibilidades de escuta, reconhecimento e valorização da pluralidade de vivências do povo preto. Esses espaços demonstram que os museus também podem ser ferramentas de disputa simbólica, construindo narrativas onde a população negra deixa de ser representada pela dor e passa a ser reconhecida por sua potência histórica, intelectual e cultural.

Mas não apenas os museus especializados nestas narrativas devem ser os responsáveis em serem as representações e a imagem de luta e resistência, ainda

mais quando a história do povo brasileiro se mescla em diversas narrativas, realidades e culturas, o que leva a miscigenação e o reflexo de vivências ancestrais ainda na realidade.

Um museu tem como uma de suas premissas de existência a disseminação de conhecimento, seja como objeto de estudo específico, ou como lugar para educar as diversas esferas e gerações da sociedade. Através das exposições museológicas, ou ainda da própria expografia, ou de ações do educativo, que se espera ter em todos os tipos de museus, ele é um espaço responsável e ao mesmo tempo um agente social de educação e de integração cultural, permitindo se criar um espaço onde as presenças das histórias afro-brasileiras não são opcionais, mas sim obrigatoriedade para a construção de uma representatividade racial e social, com uma estrutura educativa que quebra o sistema educacional pautado na colonialidade. Conforme destaca Barbara Carine em “Como ser um educador antirracista” (2023), o movimento antirracista deve ser uma responsabilidade das pessoas brancas, já que foram elas que criaram o racismo; portanto, cabe a quem produziu a opressão trabalhar para desestabilizá-la, e não às suas vítimas. Seguindo nessa lógica, os museus tradicionais que ao longo do tempo consolidaram paradigmas excludentes e reproduziram narrativas coloniais, deveriam ser justamente os primeiros a iniciar a reversão dessa realidade. No entanto, antes mesmo destas instituições admitirem que suas narrativas eram inadequadas e iniciarem mudanças, num processo lento e ainda em andamento, surge uma necessidade da comunidade preta em criar museus e espaços dedicados à valorização e preservação da memória afro-brasileira.

Os museus afro-brasileiros têm se destacado como espaços fundamentais para a valorização e preservação das memórias negras no Brasil, contribuindo para o enfrentamento do apagamento histórico promovido pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. O MAB, localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, é um dos principais exemplos dessa atuação. Inaugurado em 2004, através do Decreto Municipal nº 44.816, teve sua criação liderada pelo artista plástico baiano Emanuel Araújo, com objetivo geral da promoção do reconhecimento, valorização, preservação e difusão da arte, da história e da memória cultural brasileira, tendo como referência a presença das principais culturas presentes no território, a luso, a afro brasileira e a indígena (Matos, 2012). Com um acervo de mais de 6 mil obras, o museu aborda a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a formação

da sociedade brasileira em diversas áreas, como artes, religião, trabalho e política.

Outro exemplo expressivo é o Museu da Abolição, em Recife, que ocupa um antigo casarão onde se discutiam ideias abolicionistas e hoje propõe reflexões críticas sobre a escravidão e suas permanências. Criado em 1957, por meio da Lei Federal nº 3.357, em homenagem aos abolicionistas João Alfredo e Joaquim Nabuco teve sua inauguração no casarão tombado em 1983 com a missão de preservar, pesquisar, divulgar, valorizar e difundir a memória, a arte, a história e a cultura dos afro-descendentes. Esses museus funcionam como espaços de memória e denúncia, mas também como centros de educação, promovendo debates contemporâneos sobre identidade, direitos e representatividade afro-brasileira.

As representações desenvolvidas nesses museus rompem com narrativas eurocentradas ao evidenciar a riqueza, a diversidade e a complexidade das culturas afro-brasileiras. O Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB), em Salvador, por exemplo, aposta em curadorias feitas por artistas e intelectuais negros, trazendo à tona temas como ancestralidade, religiosidade, arte contemporânea afro-brasileira e as resistências quilombolas. Já o Museu dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, erguido sobre um antigo cemitério de escravizados recém-chegados ao Brasil, destaca a dor e o genocídio da população negra, ao mesmo tempo que dá voz às lutas por memória e reparação. Ao trazer essas histórias à tona a partir de perspectivas negras, os museus afros se tornam instrumentos potentes de resistência, reexistência e de reconfiguração do imaginário social brasileiro.

Figura 2: Imagem representativa de um museu tradicional (Museu do Ipiranga) e os heróis representados. A esquerda podemos ver um mural com a descrição "Cyclo de caça ao Índio"



Fonte: Juliana Santiago, 2025

Figura 3: Imagem de um museu afro-centrado (Museu Afro Brasil), com imagens de festejos, e arte contemporânea preta. Um dos principais espaços dedicados à memória afro-brasileira.



Fonte: Juliana Santiago, 2025

Para além de espaços de potência para a voz destes povos por muitas vezes negligenciados eles têm como principais objetivos a preservação de uma história narrada pelo que o homem branco chama de “Outro”, se desvinculando do racismo estrutural que instituições museológicas, sejam históricas ou artistas, mesmo que indiretamente, por muitas vezes perpetuam.

A pessoa afro-brasileira deixa de ser a imagem estereotipada da pessoa escravizada ligado a subalternidade⁴ ou a violência. Os Museus Afros na contemporaneidade se moldam num esforço crescente e recorrente que visa construir narrativas que rompam com essas imagens limitadoras, apresentando o homem negro em sua pluralidade, como detentor dos saberes, sujeito histórico, artista, revolucionário. Estes espaços de valorização promovem para além de exposições, projetos que destacam a contribuição do povo negro na história do nosso território, colocando o mesmo como protagonista de suas próprias histórias, que moldaram uma cultura afro-brasileira.

Hoje, essas instituições constroem outras possibilidades de representação, que incluem desde a reverência a figuras históricas de luta e intelectualidade até o

⁴ Termo usado para se referir a públicos historicamente excluídos dos espaços culturais e educativos, como comunidades negras, indígenas e periféricas, que raramente se veem representadas nesses espaços.

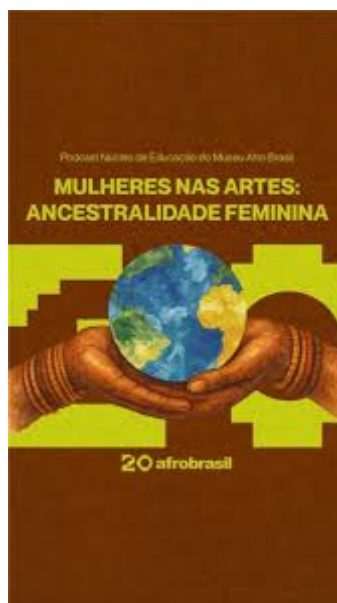
acolhimento de novas vozes e subjetividades. O Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB), por exemplo, propõe uma abordagem ampliada da presença masculina negra, expondo a força dos terreiros, das comunidades quilombolas, da produção artística contemporânea e da liderança política. Não se trata apenas de exaltar heróis do passado, mas de também compreender como os homens negros de hoje vivem, se expressam e resistem em meio às desigualdades. São discutidas questões como as masculinidades negras, muitas vezes atravessadas por estigmas sociais, a afetividade, a paternidade e o direito ao autocuidado, revelando uma visão mais humanizada e plural.

Já o Museu Afro Brasil, traz em sua expografia, nos seus 11 mil metros quadrados, exhibe em diversos momentos a importância da mulher preta na construção da sociedade brasileira, até mesmo da sociedade branca, com o papel que tinham de ama de leite, e de cuidadoras destas crianças, muitas vezes por toda a vida. A presença feminina na representação das religiões afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé, também são amplamente representadas, juntos com os adornos e jóias, simbolizando ancestralidade e herança, como tratado no artigo *“Ensino de história e a presença de mulheres negras nos materiais do Museu Afro Brasil/SP: dos objetos culturais às tecnologias digitais.”* de Jaqueline Zerbato e Nelson Silva Junior:

“Há balangandãs (adornos femininos) para muitos fazeres, desde místicos até a diferenciação entre os grupos culturais: ‘amuletos religiosos’, ‘uso pelas negras quituteiras’, ‘uso em dias de festas’, entre outros.” (Zarbato e Silva Junior, 2024, p.116)”

O MAB ainda conta com diversas ações recentes de valorização da presença feminina no seu espaço, como o podcast “Mulheres nas Artes”, e uma oficina que levou o mesmo nome, executada em novembro de 2025, com as jóias crioulas sendo o principal objeto tratado na mesma.

Figura 4: Foto divulgação (capa reel, Instagram), do lançamento do podcast “Mulheres nas Artes: Ancestralidade Feminina”.



Fonte: Museu Afro Brasil Emanuel Araujo (@museuafrobrasil), Instagram, 2025

Ainda assim, como analisado por Joana Silva, no artigo intitulado “Não me olhe como vê: o não lugar das memórias, narrativas e trajetórias das mulheres negras nos museus de Salvador” (2017), os museus de Salvador, também possuem narrativas semelhantes ao MAB, e mesmo que, de alguma forma a mulher preta está representada ali, ela é frequentemente associada apenas como aquela que cuida, cozinha, ou apenas pelos adornos que carrega (como citado nas exposições do MAB em São Paulo), e não a sua importância política e social, para a construção da identidade afro-brasileira, e formação da sociedade brasileira como um todo.

O ideal de branqueamento, que esteve presente na formação da identidade nacional brasileira projetava uma sociedade europeizada por meio da miscigenação seletiva e da exclusão sistemática da população negra. Essa ideia, como exemplificado por João Batista de Lacerda no Congresso Internacional das Raças (1911), previa que em poucas gerações os negros desapareceriam do cenário populacional do país, consolidando a branquitude como símbolo de civilização e progresso. Cida Bento, em Pacto da Branquitude (2022), apresenta o processo implícito do pacto silencioso e interno da hierarquização da branquitude no ambiente de trabalho e corporativo, mas podemos observar este processo também recorrente no momento de exposição das histórias brasileiras e afro-brasileiras. A herança

preta é retratada muitas vezes apenas pela escravidão, desde a caçada nos países de origem em África, até a ação dos trabalhos de escravidão, e por vezes, as decorrências destes atos no futuro, quando há os retratos das comunidades em exposições contemporâneas ou subversivas, ou ainda a retratação das culturas atuais destes às margens da sociedade, como culturas alternativas, periféricas (no sentido de periférico ao que é cultura tradicional/erudita), e o homem branco, no passado o escravagista, que liderou diversas ações de torturas e massacres, colheu no decorrer da história méritos e riquezas, e se não, ao menos uma posição social acima de outros, apenas por cunho racial.

Essa lógica não apenas moldou a política migratória e o mercado de trabalho, como também influenciou profundamente os dispositivos de memória e representação. Os museus tradicionais brasileiros, nesse contexto, contribuíram para esse processo ao naturalizar a ausência ou a representação distorcida das culturas negras. Em resposta a esse cenário, os museus afro-brasileiros se firmam como espaços de enfrentamento a esse projeto histórico de apagamento, ao promoverem a valorização da ancestralidade, da oralidade e das produções culturais negras, não como exceções folclóricas, mas como centrais à história do país. Esses museus rompem com a narrativa colonial e propõem outras formas de existência e visibilidade, sustentadas por saberes que resistiram ao silenciamento secular da branquitude institucional.

Os museus afro-brasileiros se constituem como respostas às exclusões e aos silenciamentos produzidos pelo racismo institucional presente nos museus tradicionais, assumindo um papel central na disputa por memória e narrativa. Essas experiências evidenciam que a educação museal, quando articulada ao território e à participação comunitária, pode operar como instrumento de reeducação histórica e fortalecimento identitário, como demonstram as ações desenvolvidas pelo Museu Treze de Maio, analisadas por Rossi e Passos, (2024), no recente artigo “Território Negro do Rosário: Educação Museal Antirracista e as cidades educadoras no contexto das mudanças climáticas”. Nesse sentido, a educação museal se apresenta como um campo estratégico para a construção de práticas antirracistas e decoloniais, capazes de tensionar o racismo estrutural presente nos museus e de promover novas formas de aprendizagem, escuta e diálogo com os públicos.

3. A Educação Antirracista como ferramenta de mudança

Há pouco mais de 20 anos atrás, a Lei 10.639 foi sancionada e com ela a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira e indígena. A luta contra o racismo enraizado na cultura brasileira ganhou um novo marco e estudantes da rede básica, dos primeiros anos, até a formação no ensino médio, devem ter, pela lei, conteúdos direcionados a esse tema. A educação antirracista é constituída principalmente afim de desconstruir estereótipos, o racismo estrutural, e ressaltar a importância destas culturas para a construção da história e da sociedade brasileira. Ela surge numa carência no ensino sobre saberes e história de povos que assiduamente constituíram nossa nação, trabalhando para reconstruir referências, criar um ambiente de pertencimento e resgatar patrimônios culturais esquecidos nas narrativas tradicionais.

A abolição da escravatura não significou inclusão para a comunidade preta, e o racismo se manteve de forma cotidiana em diversas esferas. Essa herança se projeta no presente, sustentada por um modelo eurocêntrico que define padrões de beleza, comportamento e conhecimento, inferiorizando identidades negras.

Nesse cenário, como exemplificado por Bruno Freitas Santos, Fabiano Sales de Aguiar, e Alex Sander da Silva, em “Educação Antirracista: Concepções teóricas e práticas na contemporaneidade”, a educação antirracista aparece como necessidade pedagógica, política e ética. Ela parte do reconhecimento da contribuição histórica dos povos africanos e afro-brasileiros e da urgência de combater estereótipos e preconceitos naturalizados (Santos, Aguiar, Silva, 2023).

Ao pensar a educação antirracista como eixo fundamental de enfrentamento ao racismo estrutural, torna-se necessário deslocar o olhar para os espaços onde esse processo educativo também se constrói para além da escola. Nesse sentido, os museus assumem um papel central enquanto instituições formadoras, cujas práticas educativas podem tanto reproduzir quanto tensionar narrativas coloniais. A partir dessa compreensão, faz-se necessário aprofundar o debate sobre a educação museal decolonial e a Museologia antirracista, observando seus princípios, limites e possibilidades.

3.1 Educação Museal Decolonial e Museologia Antirracista

Como discutido anteriormente, Barbara Carine, em *“Como ser um educador antirracista”* (2023), afirma que o enfrentamento ao racismo não pode ser atribuído às populações que sofrem seus efeitos, mas deve ser assumido, sobretudo, por aqueles que historicamente o produziram e o sustentaram. Essa perspectiva é fundamental para pensar os museus, especialmente os tradicionais, como agentes que não apenas reproduziram exclusões ao longo do tempo, mas que também precisam assumir um papel central na reversão dessas narrativas.

Nesse sentido, a educação museal passa a ser compreendida como um campo educativo que extrapola a dimensão expositiva e se afirma como prática política e social, diretamente relacionada à formação crítica dos sujeitos. Conforme discutem Valdemar de Assis Lima e Elison Antonio Paim, no artigo *“Educação museal e educação escolar: diálogos para uma sociedade antirracista”* (2019), os museus, assim como a escola, participam ativamente da construção de sentidos sobre a história, a memória e as identidades, sendo também responsáveis pela reprodução, ou pelo enfrentamento, de narrativas racistas e excludentes. Ao dialogar com a Lei nº 10.639/03, os autores evidenciam que a educação antirracista não deve estar restrita ao ambiente escolar, mas precisa ser incorporada por outras instituições formadoras, como os museus, que historicamente contribuíram para o apagamento e a marginalização das culturas negras. Assim, a educação museal, quando comprometida com uma perspectiva antirracista, passa a atuar no enfrentamento do apagamento histórico e na valorização de memórias e patrimônios culturais historicamente marginalizados, a esse respeito, Lima e Paim (2019) afirmam:

“Destarte, os museus, efetivamente, corroboram a sua função na transformação social, oferecendo uma tecnologia cultural decolonial que, de fato, possibilite o uso social da memória por parte de grupos que sofrem apagamento pelo poder hegemônico. Assim, assumindo a sua responsabilidade porquanto lugar educacional, o museu participa de forma cidadã na construção de uma sociedade mais justa, mais equânime, tratando desigualmente os desiguais, a partir do respeito às diferenças.” (Lima e Paim, 2019, p.76).

O artigo “Museus e Antirracismo: propostas e resultados das confluências”, produzido no âmbito do Programa Sonhar o Mundo (SISEM-SP, 2023), ressalta o

processo da racialização da sociedade brasileira, e a normalização recorrente da ausência de pessoas historicamente racializadas dentro da narrativa expográfica dos museus, e de suas equipes técnicas e de gestão. No campo da educação antirracista, é abordado como este outro meio de decolonização (a educação antirracista), é um processo contínuo, institucional e estrutural, que ultrapassa ações pontuais ou simbólicas, e deve existir em todas as esferas das instituições museológicas, da gestão aos processos educativos, curatoriais, comunicacionais e de mediação cultural. É um processo de tomada de consciência, que exige o reconhecimento do racismo como um problema social coletivo, e não apenas das populações racializadas, como mencionado no texto:

“A perversidade em registrar narrativas tendenciosas é uma característica marcante da história dos museus, tendo contribuído para omissões e representações inadequadas que contribuem com o etnocídio cultural. Quebrar com esse legado requer mais do que apenas a adoção de medidas isoladas, mas sim um compromisso incansável com a revisão crítica das práticas e a constante busca pela inclusão, diálogo e equidade” (SISEM-SP, 2023, p. 23).

No “Manual de práticas antirracistas para o Museu Imperial” (2025), é ressaltada a linha temporal da história brasileira do processo de escravidão durante quatro séculos, que resultou em ações não só cotidianas, mas também institucionais relacionadas ao racismo, processo ainda recorrentes, construídos através de ações coloniais e imperiais, como reforçado ao longo da publicação.

Neste mesmo manual, são abordadas diversas práticas para o desenvolvimento do pensamento e cotidiano antirracista do Museu Imperial, seja entre os funcionários, e através de ações internas para a aprendizagem da equipe, como feito no caso do SISEM-SP, e também, como abordar questões raciais entre a instituição e o público, tudo isso se baseando principalmente no diálogo e na troca de experiências, seja nas contenções de conflitos, em momentos delicados, ou através de workshops, rodas de conversas e dinâmicas, sejam internas, ou ao público, buscando ressignificar a história e a exposição, mas também ressaltando a importância de práticas antirracistas.

“Um museu antirracista assume o compromisso de não apenas refletir a diversidade do mundo em suas exposições, mas também de promover a justiça social em suas operações internas, e no impacto que gera na comunidade. E se

tratando do Museu Imperial, esse imperativo torna-se um ponto fundamental, visto o processo de construção do Brasil e os conflitos impostos na sociedade” (Moisés Corrêa da Silva, *Manual de práticas antirracistas para o Museu Imperial. Petrópolis: Instituto Brasileiro de Museus*, 2025, p. 45).

A questão que se coloca é até que ponto essas orientações compostas em manuais e artigos científicos e acadêmicos são suficientes para acabar com algo tão estrutural e arraigado. Certamente é algo que faz parte de um longo caminho e essas ações são meritórias no sentido de explicitar violências que muitas vezes sequer são admitidas em contexto museal diversificado.

Figura 5: Capacitação em letramento racial crítico, ministrada pelo professor Moisés Corrêa, no Museu Imperial - Rio de Janeiro.



Fonte: Museu Imperial (@museu.imperial), Instagram, 2024.

Outra ação marcante neste movimento de inclusão da cultura afro-brasileira em espaços tão tradicionais de conservação, foi o resgate e acondicionamento das peças da coleção que leva o nome de “Nosso Sagrado”, do Museu da República, no estado do Rio de Janeiro, que constituiu em retirar as peças e artefatos religiosos, de religiões de matriz africana, principalmente o candomblé e a umbanda, do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, onde estas peças, roubadas durante os primeiros anos do Brasil República pela polícia do estado, com a justificativa de que estas práticas, eram crime. A ação, iniciada em 2020, pelo então diretor do museu, Mário Chagas, que hoje ainda participa do projeto “Acervo Nosso Sagrado:

pesquisa, identificação, reconhecimento e gestão participativa de acervo religioso afro-brasileiro”, da UNIRIO (2025), como professor da Escola de Museologia da instituição, e por líderes religiosos, com destaque a Mãe Meninazinha de Oxum, é um exemplo concreto da importância da presença daqueles que vivenciam e tem ligação direta com a narrativa e a história, e como o trabalho conjunto entre a comunidade ali retratada, e a instituição de salvaguarda, quebra estigmas e valoriza aqueles colocados às margens da sociedade.

Diante das discussões apresentadas ao longo deste capítulo, torna-se possível compreender a educação antirracista como um eixo central no enfrentamento do racismo estrutural e institucional que marca a sociedade brasileira e atravessa as práticas educativas e museológicas. A partir da Lei nº 10.639/03 e das reflexões trazidas pelos autores e documentos analisados, evidencia-se que a construção de práticas antirracistas exige a revisão contínua de narrativas, discursos e estruturas que historicamente excluíram a população negra e seus patrimônios culturais. Nesse sentido, os museus, especialmente os tradicionais, ao reconhecerem seu papel no reforço dessas exclusões, devem assumir a responsabilidade em como reproduzir a memória de grupos antes sub representados, na ampliação de espaços de pertencimento e na construção de ações educativas comprometidas com a transformação social, apontando caminhos possíveis para práticas museológicas mais justas e plurais.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foi buscado compreender de que maneira os museus tradicionais, aqueles tido como exemplos em expografia e historiografia, participaram na construção de uma narrativa nacional onde a memória e os saberes afro-brasileiros foram marginalizados e excluídos. A pesquisa evidenciou que estes museus, estiveram por muitos anos, longe de serem espaços neutros, e atuaram como instrumentos de legitimação simbólica de determinadas versões da história, contribuindo para a naturalização de desigualdades raciais profundamente enraizadas na sociedade brasileira.

Em contraposto, em resposta a este silenciamento institucional, a décadas, se vem criando museus com enfoque nestas culturas, onde elas deixam a sua característica de personagem secundário na construção da história nacional, como

ocorria em museus tradicionais, e recebe a atenção e reconhecimento de sua importância para o que é a cultura, o conhecimento, e as manifestações diversas do país.

Nesse sentido, a discussão sobre memória e representação mostrou-se central para compreender o papel dos museus na construção das narrativas históricas no Brasil. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a exclusão das memórias afro-brasileiras não ocorreu de forma aleatória, mas esteve vinculada a projetos de poder que hierarquizaram saberes, corpos e experiências, privilegiando uma memória oficial eurocentrada. Os museus tradicionais, ao incorporarem essas lógicas, contribuíram para a naturalização de ausências e distorções, reforçando estigmas e limitando a presença negra a narrativas marcadas pela subalternização, pela dor ou pelo exotismo.

A pesquisa demonstrou que a importância dos museus afro-brasileiros não se limita à correção de lacunas históricas deixadas pelos museus tradicionais, mas reside, sobretudo, na proposição de outras formas de narrar, expor e ensinar. Suas práticas curatoriais e educativas tensionam os modelos museológicos tradicionais e ampliam as possibilidades de representação, contribuindo para a construção de identidades mais plurais e para o fortalecimento do pertencimento da população negra aos espaços de memória.

Nesse contexto, a educação museal antirracista se apresenta como um dos principais caminhos para a transformação das instituições museológicas. Ao ser compreendida como prática política e social, a educação museal deixa de ocupar um lugar secundário e passa a atuar diretamente na revisão crítica das narrativas, na mediação de conflitos e na formação de públicos mais conscientes das desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira. A partir de abordagens decoloniais e antirracistas, a educação museal possibilita não apenas o enfrentamento do racismo institucional, mas também a construção de espaços de escuta, diálogo e reconhecimento das diferenças.

Por fim, é importante reconhecer que a transformação das práticas museológicas não ocorre de maneira imediata ou homogênea. Trata-se de um processo contínuo, atravessado por disputas, resistências e limitações institucionais. Ainda assim, ao evidenciar o papel da memória, da representação e da educação museal antirracista, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento de uma Museologia comprometida com a justiça social, o direito à memória e a valorização

das epistemologias negras. Decolonizar o museu, nesse sentido, implica não apenas rever acervos e exposições, mas repensar as estruturas que sustentam as narrativas históricas, reconhecendo que a memória afro-brasileira não é complementar, mas constitutiva da história do Brasil.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Gabriela de. *Memória amefricana e afetos decoloniais: por uma educação museal desobediente*. In: ANAIS DO 2º SEMINÁRIO MUSEU E EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO MUSEAL E DECOLONIALIDADE. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2022. p. 66–70. Disponível em: https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Anais_Seminario_MuseuEducacao2021_MHN.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.
- ASSMANN, Jan. *A mente cultural: escrita, memória e a formação das civilizações*. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (Original: *Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance, and Political Imagination*, 1992).
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jul. 2025.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). *Museu da Abolição. Museu da Abolição: Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira*. Recife: IBRAM, [s.d.]. Disponível em: <https://museudaabolicao.museus.gov.br/museu-da-abolicao/>. Acesso em: 05 ago. 2025.
- BRITO, Gabriel da Silva; SILVA, Marcos Jesus Alves Monteiro da. *O estético e o Museu Afro Brasil: possibilidade de implementação da Lei 11.645/08 em escolas públicas da cidade de São Paulo*. *Revista Averso: Pensamento, Memória e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 1, set. 2022.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. *Patrimônio e subjetividade: práticas sociais de valorização cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- FALCONERIS, A. C. *Legislação brasileira: controle e embranquecimento do mercado de trabalho livre*. *Museu da Imigração*, 2022. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/legislacao-brasileira-controle-e-embranquecimento-do-mercado-de-trabalho-livre>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- GONDAR, Jô. (2015). *Memória individual, memória coletiva, memória social*. *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social*, 7(13). Recuperado de <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>.
- GOOGLE ARTS & CULTURE. *Nosso Sagrado: a construção de uma herança fraterna*. [s.d.]. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/mwWx9m6ZCuqk5A?hl=pt-BR>. Acesso em: 15 mar. 2026.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schnaid. São Paulo: Centauro, 2006. (Original publicado em 1950).

HIPOLITO, Jéssica Maria de Vasconcellos Santana. *A construção do discurso expositivo como ferramenta de identificação: museus, hegemonia e subalternidade*. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11333/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20J%C3%A9ssica%20Hipolito%20-%20Finalizada.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . 15 dez. 2025

LIMA, Valdemar de Assis; PAIM, Elison Antonio. *Educação museal e educação escolar: diálogos para uma sociedade antirracista*. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 65–78, 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 30, p. 1–29, 2022.

MALOMALO, Bas'Illele. *Branquitude como dominação do corpo negro: diálogo com a sociologia de Bourdieu*. *Revista da ABPN*, Salvador, v. 6, n. 13, p. 175-200, mar./jun. 2014.

MAPA MNT / PROCOMUM. *Ideias de "branqueamento" estão na origem da nação*. *Mapa MNT*, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://mapamnt.procomum.org/ideia-de-branqueamento-esta-na-origem-da-nacao/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MATOS, Isla Andrade Pereira de. *Arte e história: O Museu Afro Brasil e o papel da curadoria na construção da narrativa museal*. In: Encontro de História da Arte, 8., 2012, Campinas. *Anais do VIII Encontro de História da Arte*. Campinas: Unicamp, 2012. p. 251–256.

MUNCAB – Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: <https://museuafrobrasileiro.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Museu Afro Brasil. Disponível em: <https://museuafrobrasil.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MUSEU IMPERIAL. *Manual de práticas antirracistas para o Museu Imperial*. Petrópolis: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Idalina. *A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira*. Santo Antônio do Paraíso – PR: Universidade Estadual do Norte do Paraná / Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008. Disponível em: <https://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RAMOS, Silvana Pirillo. *Parque Memorial Quilombo dos Palmares - Serra da Barriga: racialização e negligenciamento no processo de patrimonialização da Cultura Afro-Brasileira*. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 94-114, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.25n1.2025.2222>. Acesso em: 12 jul. 2025.

RIBEIRO, Niuza Alves da Costa; PINHEIRO, Áurea da Paz. *A educação em museus na perspectiva do resgate da memória da cultura afro-brasileira*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 8, n. 12, p. 119–129, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i12.8017>

ROSSI, Daiane; PASSOS, Karlla Kamylla. *Território Negro do Rosário: educação museal antirracista e as cidades educadoras no contexto das mudanças climáticas*. *Disciplinarum Scientia: Série Ciências Humanas*, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 15–29, 2024.

SILVA, J. A. F. *Não me olhe como vê: o não lugar das memórias, narrativas e trajetórias das mulheres negras nos museus de Salvador*. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 53, n. 9, 2017.

SIMÃO, Maristela. *A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2017. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro, Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). *Projeto 'Acervo Nosso Sagrado' é lançado com celebração na UNIRIO*. 2025. Disponível em: <https://www.unirio.br/news/projeto-acervo-nosso-sagrado-e-lancado-com-celebracao-na-unirio>. Acesso em: 15. mar. 2026.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o Museu: Programa de Desordem Absoluta*. Brasil: Ubu Editora, 2023.

ZARBATO, Jaqueline Ap. Martins; SILVA JUNIOR, Nelson Barros da. *Ensino de história e a presença de mulheres negras nos materiais do Museu Afro Brasil/SP: dos objetos culturais às tecnologias digitais*. *História & Ensino*, Londrina, v. 30, n. 2, p. 106-127, jul./dez. 2024.